



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	12/11/1992
Data da última correição	31 de agosto de 2021
Período de correicionado	1º/8/2021 a 31/3/2022

Aos 05 dias do mês de maio de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 14/2022 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza Titular, Rita Leite Brito Rolim, do Juiz Substituto, Clovis Rodrigues Barbosa, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/8/2021 a 31/3/2022** (8 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:



1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Rita Leite Brito Rolim	28/08/2004 – Ato TRT GP nº 73/2004

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Clovis Rodrigues Barbosa	1º/07/2021- Ato TRT SCR Nº 25/2021

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Abilio de Sa Neto	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	11/01/2009
Cynthia Fabel Leal	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	03/09/2004
Elizael Soares Pereira	Técnico Judiciário	04/05/2009
Joseni Ribeiro de Araujo	Técnico Judiciário – Calculista	18/07/2007
Lucio Flavio da Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	03/09/2004
Manoel dos Santos Lima	Analista Judiciário – Assistente III	16/11/1992
Marcelo Moreira Gouveia Santos	Analista Judiciário	19/06/2015
Maria Aurileide Rocha Lobo	Técnico Judiciário – Assistente III	11/11/2012
Marie Suzanne Malzac	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	02/04/1996
Marília Monteiro Quaresma	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	03/09/2004
Rachel Feitosa da Cruz	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	05/07/2021
Roner Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	05/12/2016
Sirlei Aparecida Dias Moura	Técnico Judiciário – Assistente III	28/04/1993
Thelma Íris Sobreira Gomes de Lira	Técnico Judiciário – Calculista	13/06/1997



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa de numeração processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

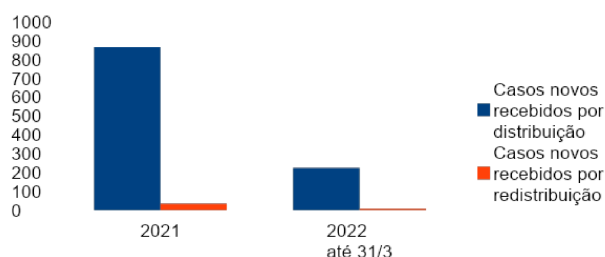
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/3/2022, um acervo processual de **3.052** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	911
Fase de Liquidação	10
Fase de execução	2109
Carta precatórias e de ordem	22
TOTAL	3.052

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/3
Casos novos recebidos por distribuição	863	224
Casos novos recebidos por redistribuição	35	8
TOTAL	898	232



No período correicionado, há registro de 01 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000673-60.2018.5.13.0006).

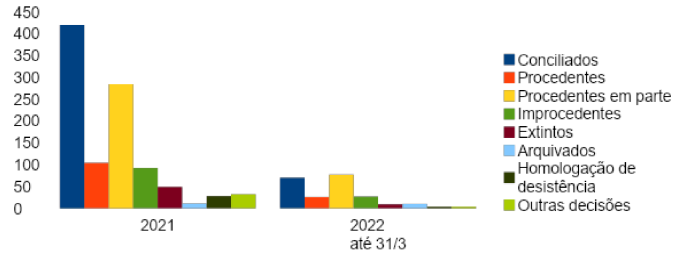


A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (agosto/2021 a março/2022):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

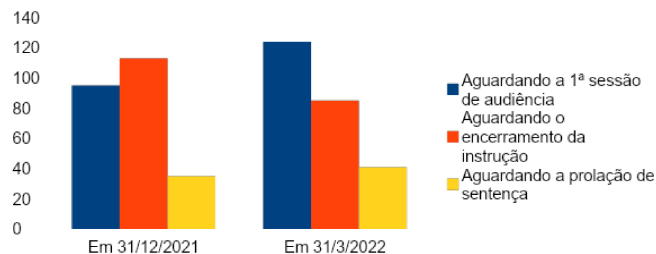
Item	2021	2022 até 31/3
Conciliados	420	70
Procedentes	104	26
Procedentes em parte	284	77
Improcedentes	92	27
Extintos	49	9
Arquivados	11	10
Homologação de desistência	28	4
Outras decisões	32	4
TOTAL	1.020	227



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/03/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	95	124
Aguardando o encerramento da instrução	113	85
Aguardando a prolação de sentença	35	41
TOTAL	243	250



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 31/03	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	951	911	-4,21%
Fase de liquidação	7	10	42,86%



Fase de execução	2.297	2.109	-8,18%
------------------	-------	-------	--------

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	-	11	-	221	106
Conciliação em conhecimento	3	18	1	94	50
Conciliação em Execução	6	20	17	19	14
Una	8	-	14	1	-
Instrução	104	61	124	19	11

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a sexta-feira.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	129,33
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	159
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	116,5
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	135,42
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	91,25
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	52,33
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	118,08
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	140,92
TOTAL	825	1182	1234	1003	802	994	1267	614	956	865	875	755	936	942,83



4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/03
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	50	51
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	67	66
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	144	119
Da conclusão à prolação da sentença	26	24
Do ajuizamento até a prolação da sentença	159	142

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	246	70
	Baixados	212	89
	Pendentes	35	16
Tutela Provisórias	Recebidos	135	23
	Apreciadas	122	28
	Pendentes	8	3
Liquidação/ Execução	Recebidos	73	12
	Baixados	62	18
	Pendentes	22	10

6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/8/2021 a 31/3/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	264	247	25
Recurso adesivo	14	10	3
Agravo de petição	111	83	28
Total	389	340	56

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)



No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **146** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **223** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **173** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/03**, é de **118** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **233** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **161** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **159** dias, para o ano base de **2021**, e de **142** dias, relativo a este ano de **2022**, até 31 de março.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **4.205** dias, e de **4.387** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de março.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de 2021, bem como nos 3 primeiros meses de 2022, foi o maior de todo o Regional.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 31/3
Execuções pendentes no início o período	2.952	2.184
Execuções iniciadas	370	88
Desarquivados	1.025	245
Recebidos de outros Órgãos	3	-
Execução de título extrajudicial	2	-
Execuções encerradas	1.138	289
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	150	41
Execuções pendentes ao final do período	2.184	1.988



A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (agosto/2021 a março/22):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 6.198.841,94	R\$ 1.419.290,03
Espontâneo	PJe	R\$ 1.520.554,72	R\$ 373.505,81
Execução	PJe	R\$ 5.528.093,99	R\$ 990.194,17
TOTAL		R\$ 13.247.490,65	R\$ 2.782.990,01

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 213.298,97	R\$ 76.035,55
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.587.909,98	R\$ 439.955,88
Imposto de renda	PJe	R\$ 128.517,88	R\$ 22.884,92
TOTAL		R\$ 1.929.726,83	R\$ 538.876,35

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/08/2021 a 31/03/2022		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	PJe	157
INFOJUD	PJe	299
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	374
BNDT	Pendentes (PJe)	359
	Incluídos (PJe)	97

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	115,05%

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	98,36%
Unidade Correicionada	96,02%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **224** casos novos (por distribuição) e **217** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **96,02%**.

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	101,85% da Meta 2
	94,72% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
--	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,16% da Meta 2
	95,94% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	105,12% da Meta 2
	97,76% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	120,98% da Meta 3
	46,58% de índice de conciliação

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40% em 2022	
Unidades de primeiro grau do TRT	76,27% da Meta 3
	73,83% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	89,38% da Meta 3
	92,25% de índice de conciliação

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%..

Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	116,05%

Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	62,82%
Unidade Correicionada	63,10%



Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2022-01	40	40	401	746	90,93	94,91	93,48	
2022-02	122	95	356	858	68,73	86,40	80,34	
2022-03	98	179	354	740	57,65	70,21	65,59	

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um score único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, manutenção em 2022, enquanto que na fase de execução houve pequeno incremento entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, aumento no volume de baixados, em 2022.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/03
Fase de conhecimento	537	909	260
Fase de execução	767	1.240	310

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.037
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	858
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 31/03)

Vara do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	296
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	264
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	260
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	252
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	235
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	232
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	228
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	211
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	210
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	203
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	190
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	183

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 31/03)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	206
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	194
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	181
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	177
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	173
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	143
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	129
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	121
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	105
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	99
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	83

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **212ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**1º quartil**).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	18º	18º	252º	2º	13º
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	109º	207º	310º	23º	95º	84º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conheci- mento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	109º	146,28	52,5	4.266,82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servido-res ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
13ª Região - PB - 6ª Vara de João Pessoa	109º	983	1.385	14

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 29/04/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	635º	496º	1.171º	128º	708º	1.008º
setembro 2021	670º	697º	1.033º	85º	738º	1.029º
dezembro 2021	316º	461º	955º	59º	307º	450º
março 2022	212º	324º	875º	82º	209º	259º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04//2021 a 31/03/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª
5ª	296ª
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
159,2 dias	192,4 dias
Início ao encerramento da liquidação	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
56,8 dias	206,5 dias



Início à extinção da execução - ente privado	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
4.253 dias	1.050 dias

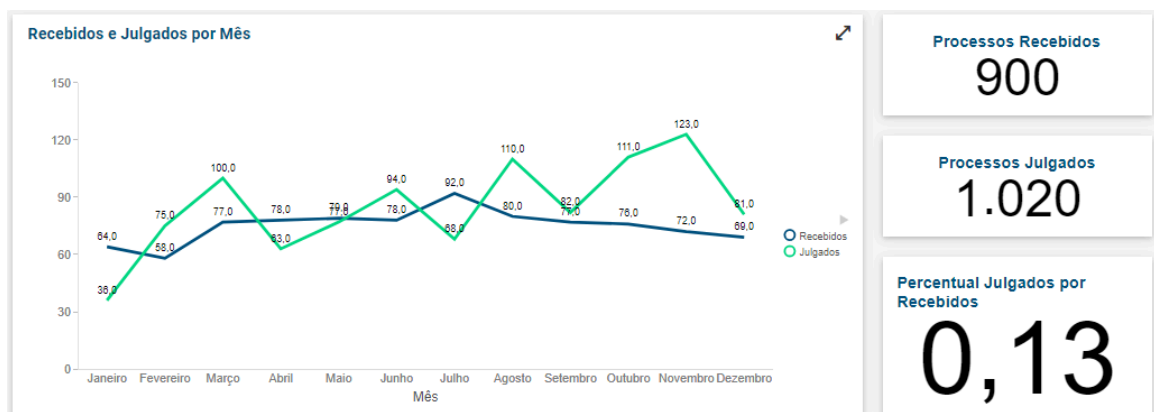
Início à extinção da execução - ente público	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.154 dias	796,3 dias

Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
3.012 dias	1.041 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
6ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
13,3%	4,2%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico (ano de 2021):





JUIZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular (Fonte: SAOAdm)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	8/9/2021 a 7/10/2021	30
Licença - Falecimento	SAOAdm	9/3/2022 a 16/3/2022	8

Juiz Substituto (Fonte: SAOAdm)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	25/1/2022 a 13/2/2022	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/8/2021 a 31/3/2022) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento da instrução/ Inquirição Testemunha	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	-	5	-	-	-	-	5
Clovis Rodrigues Barbosa	21	148	38	163	80	43	493
Rita Leite Brito Rolim	2	168	23	177	79	6	455

13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Jose Artur da Silva Torres	-	1	-	1



Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	4	-	-	4
Rita Leite Brito Rolim	86	34	18	138
Clovis Rodrigues Barbosa	90	34	23	147

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	1	-	3	1	-	-	-	-	5
Clovis Rodrigues Barbosa	146	62	95	45	2	10	9	16	385
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	1	2	-	-	-	-	3
Rita Leite Brito Rolim	129	25	112	28	4	8	11	14	331

No período correccionado, a Juíza titular laborou 205 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,61 processo/dia. O Juiz substituto laborou 223 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,73 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	405
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	215
Homologação da Transação Extrajudicial	67
Consignação em Pagamento	21



Embargos de Terceiro Cível	8
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	6
Ação de Cumprimento	5
Produção Antecipada da Prova	2
Ação Civil Pública Cível	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Rita Leite Brito Rolim	136	99,27%
Clovis Rodrigues Barbosa	151	96,18%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	1	100%
Aercio Pereira de Lima Filho	0	0

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	5
Clovis Rodrigues Barbosa	385
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	3
Rita Leite Brito Rolim	330

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 25 dias

Magistrado	Dias
Rita Leite Brito Rolim	34
Clovis Rodrigues Barbosa	19
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	8
Aercio Pereira de Lima Filho	7



17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 24/01/2022. A magistrada titular destacou que tomou medidas com a finalidade de reduzir os prazos, por meio de incremento da pauta, avaliação de processos arquivados provisoriamente, priorização de sentenças líquidas, bem como que determinou a realização de mutirões para impulsionamento de processos paralisados nas tarefas “Análises”, “Prazos vencidos”, e registros de pagamentos.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre agosto de 2021 e março de 2022 - 08 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 28.418,97
Pagamento ao reclamante	R\$ 9.921,37
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 6.228,93
TOTAL	R\$ 44.569,27

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não



ocorrido, por exemplo, nos processos 0001376-25.2017.5.13.0006, 0000679-38.2016.5.13.0006, 0000804-06.2016.5.13.0006.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), a juíza titular, Rita Leite Rolim e o Juiz substituto, Clóvis Rodrigues Barbosa não participaram de cursos voltados à conciliação e mediação.

Tratando-se das atividades de formação continuada, foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011) pela juíza titular e substituto fixo, abaixo descritas:

Magistrados	Descrição
RITA LEITE BRITO ROLIM	FERRAMENTAS GOOGLE (G Suíte) – TURMA 1/2021 – PROCESSO Nº 19662 - (MOODLE AUTOINSTRUCIONAL) UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM - PROCESSO - 19380/2021 LIVE - WEBINÁRIO "ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF – P. 21808/2021 – TRT 22 – 4 H/A DIA 19 DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 DO TRABALHO WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO DA 13ª REGIÃO – TRABALHO DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA – P 20598.21



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS: INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - P 20262.21 – DIAS 11 A 25 MAIO</p> <p>PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA: ESTRUTURA, FORMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE – PROAD 19775/2021 – 22 H/A</p> <p>TEMA GERAL: "ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA" – PROAD 26380/2021</p> <p>ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2 H/A</p>
CLÓVIS RODRIGUES BARBOSA	<p>AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL - PROAD 10594.21</p> <p>CFC SOBRE AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS - PROAD 10210/2021</p> <p>CFC SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUAS REPERCUSSÕES NA JUSTIÇA DO TRABALHO E NAS RELAÇÕES LABORAIS – PROAD 19671/2020</p> <p>REALIZAÇÃO DE AULA TELEPRESENCIAL PARA CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM - Proc. 19373 - DIA 18</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - PROCESSO 19725/2021 DO TRABALHO</p> <p>PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS E PROTEÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA)</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA OUT/2021) - HORAS LIMITADAS PELA ENAMAT – 15 H/A</p> <p>ÉTICA JUDICIAL NA ERA DIGITAL PARA MAGISTRADOS – PROAD 25193/2021 – 17/11 – 2H/A</p> <p>PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL I – PROAD 29627/2021 – 03/12 – 1,5 H/A</p>

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD N° 2777/2022) estão abaixo descritas:

Servidores	Descrição
------------	-----------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ABILIO DE SA NETO	<p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - FORMAÇÃO DE LÍDERES E GESTORES PÚBLICOS / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
CYNTHIA FABEL LEAL	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>DESVENDANDO O SISBAJUD / INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS - IGEX</p>
JOSENI RIBEIRO DE ARAUJO	<p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APOS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p> <p>TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
LUCIO FLAVIO DA SILVA	<p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p>
MARIE SUZANNE MALZAC	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - SAÚDE MENTAL E TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - ATUALIZAÇÃO DA ROTINA DE REMESSA DE PROCESSOS PARA INSTÂNCIA SUPERIOR NO PJE 1º GRAU / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, SINDICÂNCIA E INQUÉRITO LEI 8.112/90 / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA - 2021.2 - MÓDULO IV - NUTRIÇÃO DA MENTE / SEGEPE</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2021.2 - MÓDULO III - ALIMENTAÇÃO, LONGEVIDADE E QUALIDADE DE VIDA / SEGEPE DO TRT 13ª REGIÃO</p>
MARÍLIA MONTEIRO QUARESMA	<p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p>
RACHEL FEITOSA DA CRUZ	<p>TRT - PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS E PROTEÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RONER RIBEIRO DA SILVA	<p>TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

THELMA ÍRIS SOBREIRA GOMES DE LIRA	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

SERVIDORES SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO
ELIZAEAL SOARES PEREIRA
MANOEL DOS SANTOS LIMA
MARCELO MOREIRA GOUVEIA SANTOS
MARIA AURILEIDE ROCHA LOBO
SIRLEY APARECIDA DIAS MOURA

Da análise das informações prestadas, observa-se que se faz necessário que os gestores incentivem os servidores a participarem de capacitações específicas voltados à efetividade da atividade jurisdicional, bem como que os magistrados participem de capacitações voltadas à conciliação, mediação e efetividade da execução.

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 18 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;



f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR N° 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR N° 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;

c) monitorar o “escaninho” no PJe e orientar a equipe à proceder à revisão com regularidade, evitando-se que haja demora excessiva na apreciação de petições, podendo-se citar os processos 0042900-85.2006.5.13.0006 (petições não apreciadas desde março e agosto de 2021), 0130197-18.2015.5.13.0006 (petição de agosto de 2021), e 0000824-36.2021.5.13.0001 (petição não apreciada desde fevereiro de 2022);

d) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR N° 004/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, arquivamentos provisório e definitivo dos autos;

e) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual;



f) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) revisar com frequência o relatório de publicações pendentes, constante no PJe, a fim de averiguar eventual necessidade de reenvio e prosseguimento dos feitos que aguardam prazo ainda não iniciado, a exemplo dos processos 0000825-45.2017.5.13.0006, 0001648-19.2017.5.13.0006;
- d) monitorar os desdobramentos dos bloqueios efetuados via Sisbajud, a fim de evitar pendências, podendo-se citar os processos 0000660-56.2021.5.13.0006, 0052000-83.2014.5.13.0006 e 0039000-07.2000.5.13.0006
- e) proceder à revisão dos processos da tarefa “análises” com regularidade a fim de evitar que permaneçam parados por mais de 48h (em 04/05/2022, há cerca de 140), o mais antigo parado na tarefa desde novembro de 2021, seguindo para processos de fevereiro de 2022;
- f) adotar e incentivar que os servidores utilizem o Gigs para cadastro de prazos e tarefas, com vistas ao melhor gerenciamento das atividades diárias a serem cumpridas;
- g) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0001648-19.2017.5.13.0006, 0000483-63.2019.5.13.0006, 0113400-35.2013.5.13.0006;



- h) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- i) orientar a equipe a evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0002181-12.2016.5.13.0006, 0131684-23.2015.5.13.0006;
- j) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente à movimentação de processos para aguardar eventual decurso de prazo prescricional, evitando-se que permaneçam na tarefa “aguardando Prazo”;
- l) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- m) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Aos servidores

- a) proceder, com regularidade, à conclusão aos magistrados dos processos com petição não apreciada, evitando-se que permaneçam paralisados, mesmo com a marcação existente no escaninho, que deverá ser consultado com frequência, bem como efetuar a retirada do aviso, após a conclusão, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0042900-85.2006.5.13.0006 (petições não apreciadas desde março e agosto de 2021), 0130197-18.2015.5.13.0006 (petição de agosto de 2021), e 0000824-36.2021.5.13.0001 (petição não apreciada desde fevereiro de 2022);
- b) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;



- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0001648-19.2017.5.13.0006, 0000483-63.2019.5.13.0006, 0113400-35.2013.5.13.0006;
- d) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;
- e) evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, a exemplo do ocorrido nos processos 0002181-12.2016.5.13.0006, 0131684-23.2015.5.13.0006;
- f) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;
- g) abster-se de elaborar expedientes destinados às partes quando se pretende tão-somente manter o processo na tarefa “aguardando prazo”, podendo ser utilizados outros recursos, a depender do caso concreto, a exemplo do Gigs;
- h) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento de todas as metas do CNJ: Metas 1 (115,05%), 2 (101,85%), 3/2021 (120,98%) e 5 (116,05%) O excelente índice obtido na Meta 3, atinente às conciliações na fase de conhecimento, contribuiu para o atingimento da Meta pelo TRT no ano de 2021, parabenizando-se os magistrados pelos esforços realizados com a finalidade de pacificação social.



Destaca-se o aumento dos processos baixados nas fases de conhecimento (557 em 2020, 909 em 2021 e 260 nos 3 primeiros meses de 2022) e execução (567 em 2020, 1.240 em 2021 e 260 nos 3 primeiros meses de 2022), o que certamente contribuiu para a evolução no Igest.

Em setembro de 2021, a 6ª Vara do Trabalho de João Pessoa ocupava a 670ª posição no Igest, passando para a 316ª em dezembro e 212ª em março de 2022, pelo que parabeniza magistrados e servidores pelo trabalho realizado.

Recomenda-se, diante do volume de processos na fase de execução, a observância dos termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação, já tendo os magistrados demonstrado habilidade na condução de audiências com o intuito conciliatório, como se pode observar do índice da Meta 3 de 2021.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0052700-93.2013.5.13.0006	0001727-32.2016.5.13.0006	0000304-95.2020.5.13.0006
0047100-91.2013.5.13.0006	0131684-23.2015.5.13.0006	0000572-91.2016.5.13.0006
0000485-96.2020.5.13.0006	0000725-85.2020.5.13.0006	0094600-56.2013.5.13.0006
0000144-41.2018.5.13.0006	0000236-48.2020.5.13.0006	0000477-22.2020.5.13.0006

DESPACHOS CORREICIONAIS

0002181-12.2016.5.13.0006	0000825-45.2017.5.13.0006	0001057-23.2018.5.13.0006
0000777-52.2018.5.13.0006	0001113-56.2018.5.13.0006	0000322-53.2019.5.13.0006
0000780-90.2017.5.13.0022	0001648-19.2017.5.13.0006	0000483-63.2019.5.13.0006
0113400-35.2013.5.13.0006	0000736-51.2019.5.13.0006	0000076-62.2016.5.13.0006
0000159-73.2019.5.13.0006	0131011-30.2015.5.13.0006	0000578-64.2017.5.13.0006
0002163-88.2016.5.13.0006	0000498-32.2019.5.13.0006	0000360-65.2019.5.13.0006